

Declaração

OBS: Esta declaração dispensa a apresentação dos comprovantes de pagamento.

Eu, Ana Cristina Duarte Fernandes Sidrim portadora da inscrição individual no Instituto Nacional do Seguro Social - INSS nº 127.56745.64-4, RG nº 1218317 e CPF nº 671.403.784-87, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa da Diretoria Colegiada do INSS nº 100, de 18/12/2003, declaro que o desconto de minha contribuição previdenciária como segurado contribuinte individual do Instituto Nacional de Previdência Social - INSS no período de 01/10/2025 à 31/10/2025 será sobre o salário-contribuição de R\$ 7.031,97 pela empresa Prefeitura Municipal de Parnamirim/RN, inscrita no CNPJ sob o nº 08.170.862/0001-74, sendo que o meu vínculo é como funcionária pública efetiva.

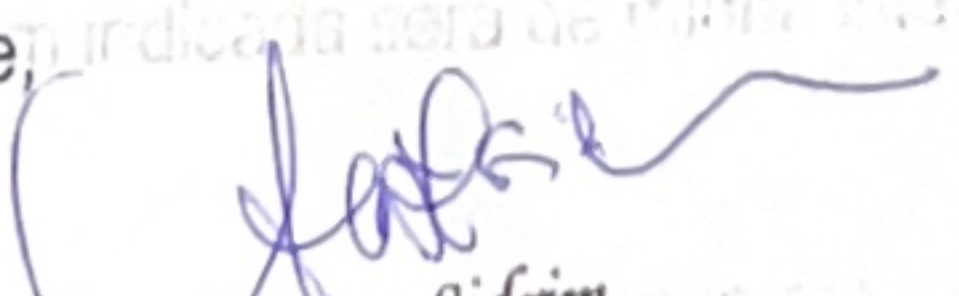
A empresa retro mencionada é responsável pelo recolhimento ao INSS de tais contribuições retidas e, qualquer alteração na situação declarada acima será de minha inteira responsabilidade, conforme o disposto no art. 87 § 3º da IN nº. 100/2003. Sendo assim, V. Sas. ficam dispensados da retenção bem como do recolhimento da referida contribuição. Qualquer alteração em relação à empresa por mim indicada será de minha inteira responsabilidade a comunicação imediata.

A presente declaração, a qual mantereí uma cópia em meu poder juntamente com os comprovantes de pagamento para apresentação junto ao INSS quando solicitado, está em conformidade com o disposto no artigo 87, inciso II da Instrução Normativa INSS/DC nº. 100, de 18 de dezembro de 2003, publicada no DOU de 24 de dezembro de 2003.

Estou ciente de que a falsidade na prestação destas informações me sujeitará às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas a falsidade ideológica (Art. 299 do Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (Art. 1º da Lei nº. 8.137/90).

Sem mais para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,


Dra. Ana Cristina Sidrim
Cirurgiã Dentista
CRO/RN08115

(assinatura do contribuinte individual)

OBS: Esta declaração dispensa a apresentação dos comprovantes de pagamento.

Estou ciente de que a falsidade na prestação destas informações me sujeitará às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas a falsidade ideológica (Art. 299 do Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (Art. 1º da Lei nº. 8.137/90).